

LUCIANO ALENCAR BARROS

A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

Recebido em 08/02/2022

Aprovado em 17/ 7/2022

A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

Resumo

O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro econômico de empobrecimento absoluto e concentração de renda que se refletem na deterioração de diversos indicadores sociais, inclusive com o retorno do país ao mapa da fome.

Palavras-chave: economia brasileira; economia política; macroeconomia

LUCIANO ALENCAR BARROS

Doutor em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O autor contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: luciano.barros.ufrj@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-1607>

Abstract

This article seeks to analyze, from a political economy approach, the Brazilian macroeconomic performance in the second decade of the 21st century. The objective is to contribute to the understanding of the determinants of the current situation in the country, of impoverishment, and concentration of income, which are reflected in the worsening of several human development indexes, including the return of Brazil to the hunger map.

Keywords: Brazilian economy; political economy; macroeconomics

Classificação JEL: N16; P16; E60

I. Introdução

A partir do início do século XXI a economia brasileira aumentou sua taxa de crescimento, mas reduziu-a fortemente entre 2008 e 2009 por conta da crise financeira global. Em função de uma série de medidas anticíclicas, o crescimento se recuperou rapidamente, chegando, em 2010, a impressionantes 7,5%. A partir daí, contudo, o PIB brasileiro passou a crescer com taxas decrescentes: tinha início a década mais que perdida (2011-2020).

Depois deste rápido crescimento pós-crise, o governo Dilma desacelerou a economia, em um primeiro momento por conta de políticas macroeconômicas que visavam aumentar o peso do setor industrial privado na produção, e em seguida por uma agenda contracionista que foi pressionado a adotar (BARROS, 2021). O PIB, que crescera a uma média de 4,5% entre 2006 e 2010, passaria a crescer a uma média de 2,3% durante o primeiro mandato da presidente (2011-2014). Dentro da lógica da “espiral contracionista” – na qual uma política econômica contracionista contribui para a redução do ritmo de crescimento, o que aumenta a relação dívida/PIB e subsidia o discurso de defesa da austeridade, em um processo que se retroalimenta – a economia entrou em recessão em 2015 e 2016.

Com a consumação do primeiro golpe da direita, o processo de *impeachment*, cristalizou-se uma linha de política econômica pautada no controle de gastos (simbolizada na Emenda constitucional 95/2016, a chamada “Lei do Teto de Gastos”) que contribuiu para a estagnação na taxa de crescimento em aproximadamente 1,5% ao ano entre 2017 e 2018. Um segundo golpe, dessa vez para impedir que o ex-presidente Lula participasse das eleições, possibilitou a vitória eleitoral de um candidato comprometido com tal linha, de modo que se registrou uma taxa de crescimento, em 2019, de 1,2%. Neste contexto de estagnação, a crise decorrente da pandemia afundou de vez a economia, que caiu quase 3,9% em 2020. A década mais que perdida terminaria deixando um legado de empobrecimento, concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais, além das centenas de milhares de mortes por conta da crise sanitária.

O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro do país, de empobrecimento absoluto e concentração de renda, que se refletem na piora de diversos indicadores sociais, inclusive com o retorno ao mapa da fome. Para tal o artigo se divide em mais quatro seções, além desta introdução. A seção 2 analisa a desaceleração do primeiro mandato de Dilma; a seção 3 o decréscimo observado no seu segundo mandato (que seria finalizado por seu vice, Michel Temer); a seção 4 examina o desempenho econômico da primeira metade do governo Bolsonaro e o grave quadro brasileiro atual; e por fim a seção 5 conclui o artigo.

2. O erro da esquerda: a desaceleração do governo Dilma I

A economia brasileira cresceu, no ano de 2010, a uma taxa de 7,5% em termos reais, o melhor resultado desde a década de 1980. Isto se deveu à aceleração do crescimento processada a partir de 2004 em função de políticas econômicas expansionistas adotadas em um contexto internacional favorável, às fortes medidas anticíclicas adotadas após a crise financeira de 2008, e ao encolhimento do PIB de 2009, usado como base para se calcular o crescimento de 2010 (o que gerou um considerável efeito estatístico). Este elevado crescimento e o fato de a inflação ter se aproximado do teto da meta¹ fez com que o governo pisasse no freio ainda em 2010, elevando os juros e impondo medidas restritivas ao crédito, além de iniciar um processo de ajuste fiscal com o intuito de elevar o superávit primário (SERRANO E SUMMA, 2012).

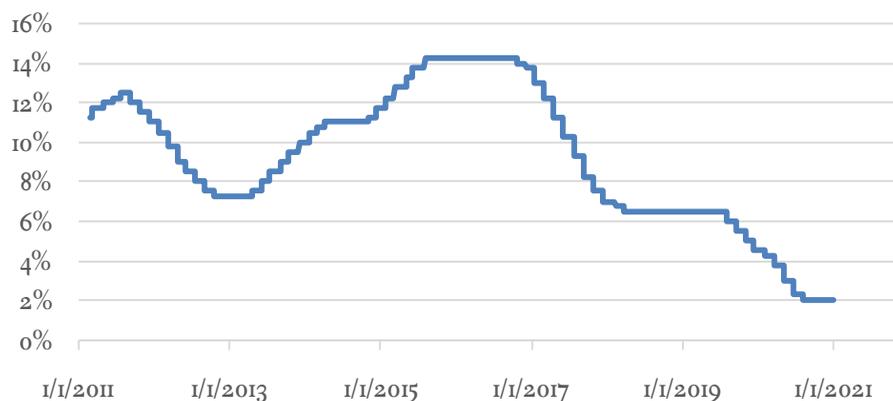
Segundo Barbosa Filho (2020) havia no mundo uma percepção generalizada de que era preciso realizar consolidações fiscais para compensar as medidas anticíclicas adotadas após a crise de 2008. Esta percepção baseava-se na ideia da “contração fiscal expansionista”, formulada por autores como ALESINA *et al.* (2002; 2018), segundo a qual a austeridade fiscal melhoraria

¹ O centro da meta de inflação era 4,5% e o teto 6,5%. Em 2010 a inflação (medida pelo índice nacional de preços ao consumidor, o INPC) foi de 6,47%, em larga medida influenciada pela disparada dos preços dos bens transacionáveis internacionalmente após 2009.

a confiança dos agentes e elevaria o crescimento econômico². Assim, este desaquecimento voluntário fez com que o PIB, que crescera 9,2% em termos reais no primeiro trimestre de 2010 (em comparação com o mesmo período do ano anterior), crescesse 8,5% no segundo, 6,9% no terceiro e 5,6% no quarto, em um nítido movimento de desaceleração.

É neste contexto que a presidente Dilma Rousseff inicia seu governo, optando por dar continuidade a este processo de desaceleração da economia. Em 2011 o governo elevou os juros (gráfico 1), restringiu o crédito, reduziu os investimentos públicos e optou por não reajustar o salário mínimo (SERRANO E SUMMA, 2015). Além disso, o cenário externo favorável observado de 2003 em diante começou a mudar, passando-se a se observar redução do ritmo de expansão do crescimento e do comércio mundiais, com piora dos termos de troca brasileiros, o que se refletiu na deterioração das exportações a partir de 2010³. Assim, a economia desacelerou fortemente ao longo de 2011, fechando o ano com uma taxa de crescimento de 3,9% em termos reais em relação ao ano anterior (gráfico 2).

Gráfico 1. Taxa SELIC



Fonte: Banco Central do Brasil

² Diversos estudos e documentos evidenciam que a austeridade não só tende a ser contracionista (FMI, 2010; FATÁS E SUMMERS, 2018), como pode ser contraproducente em termos de consolidação fiscal (JAYADEV E KONCZAL, 2010; LOPES E AMARAL, 2017) e ainda tende a ter impactos distributivos perversos (BASTAGLI *et al.*, 2012; BALL *et al.*, 2013).

³ Segundo o então ministro da fazenda Guido Mantega, a ideia era fazer um rápido ajuste para então retomar o crescimento, baseando-se na premissa de que o mundo já se recuperara da crise de 2008. No entanto, segundo Mantega, o governo teria sido surpreendido pela crise europeia (SINGER, 2015).

É fundamental enfatizar que até este momento o governo gozava de um elevado grau de autonomia relativa, entendida aqui como a capacidade que um determinado Estado possui, conjunturalmente, de direcionar o processo de acumulação de capital e modificar as configurações das classes sociais e suas respectivas frações (POULANTZAS, 1977, p. 332). Esta liberdade do governo Dilma para realizar sua política econômica se explica pelo alto patamar de popularidade do presidente anterior, do mesmo partido, bem como pelo bom momento da economia, que, ainda que em processo de desaceleração, exibia um forte crescimento econômico, com inflação controlada e baixas taxas de desemprego.

Assim, dada a forte desaceleração decorrente da escolha pela continuidade do desaquecimento, o governo decidiu reorientar sua política econômica. O objetivo era estimular o crescimento, dessa vez liderado pelo investimento, especificamente o industrial. Ainda que a economia passasse por um bom momento, havia a preocupação, entre industriais, centrais sindicais e dentro do próprio governo, acerca dos processos de desindustrialização e de desnacionalização da economia⁴. A nova pauta econômica, por atender os interesses das associações patronais, receberia a alcunha de “Agenda Fiesp” (CARVALHO, 2018, p. 43). A ideia era estimular as exportações, reduzir o coeficiente de importação na produção nacional e impulsionar os investimentos industriais.

Para além da preocupação com esses processos de desindustrialização e de desnacionalização havia um diagnóstico, bastante disseminado no debate público, de que o crescimento até então seria insustentável, dado o peso excessivo do consumo doméstico em detrimento do investimento. A resposta para essas questões exigiria uma reorientação da política econômica por meio do ajuste de preços fundamentais, como as taxas de juros e de câmbio (LARA, 2015). Os efeitos expansionistas de reduções dos juros (sobre

⁴ Esta preocupação fica explícita no artigo “Um acordo pela indústria brasileira”, publicado em maio de 2011 na *Folha de S. Paulo* pelos presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo e de duas das principais centrais sindicais. Nele os autores reconhecem o bom momento da economia até então, mas chamam atenção para “o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB”, o “déficit comercial do setor de manufaturados”, “o processo de substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda do conteúdo nacional na produção” [grifos nossos]. O artigo está disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2605201107.htm>.

consumo e investimento) e desvalorizações cambiais (sobre a balança comercial) deveriam, no entanto, ser compensados pela prudência fiscal, sob risco de excesso de demanda.

Assim, optou-se por reduzir os juros (gráfico 1), estimular o crédito, desvalorizar o câmbio, conceder isenções e desonerações, e se manter o ajuste fiscal. Este movimento do governo Dilma fica evidenciado quando se compara o comportamento das despesas primárias com o do período anterior. Há uma estagnação no nível real dos investimentos públicos (formação bruta de capital fixo, FBCF) e um aumento da taxa de crescimento da concessão de desonerações e subsídios, que passaram a exibir as mais altas taxas de crescimento entre as despesas primárias (tabela 1).

Tabela 1. Taxa de crescimento real ao ano de receitas e despesas primárias (%)

| | 2006-2010 | 2010-2014 |
|----------------------------|------------|------------|
| Receita total | 3,6 | 1,5 |
| Despesa total | 5,5 | 3,8 |
| Pessoal | 4,1 | -0,4 |
| Benefícios sociais | 4,5 | 4,6 |
| Subsídios | 17,2 | 20,7 |
| Custeio | 4,8 | 4,5 |
| FBCF | 24,5 | 0,3 |
| Outras despesas de capital | 11 | -2,5 |

Fonte: Orair (2016). Valores convertidos pelo deflator implícito do PIB.

Houve um esboço de recuperação a partir de meados de 2012, ano em que a economia cresceu 1,9% em termos reais (gráfico 2). Mas a redução do superávit primário e a elevação das despesas primárias federais como proporção do PIB (que passam de 16,8% em 2011 para 17% no ano seguinte e 17,4% em 2013) levaram à tese da “gastança”, segundo a qual o aumento dos gastos teria implicado aumento da dívida e crise fiscal, que, por sua vez, iriam implicar uma crise econômica (BARBOSA FILHO E PESSOA, 2014; MESQUITA, 2014). Os adeptos desta tese, cujas opiniões eram recorrentemente expostas

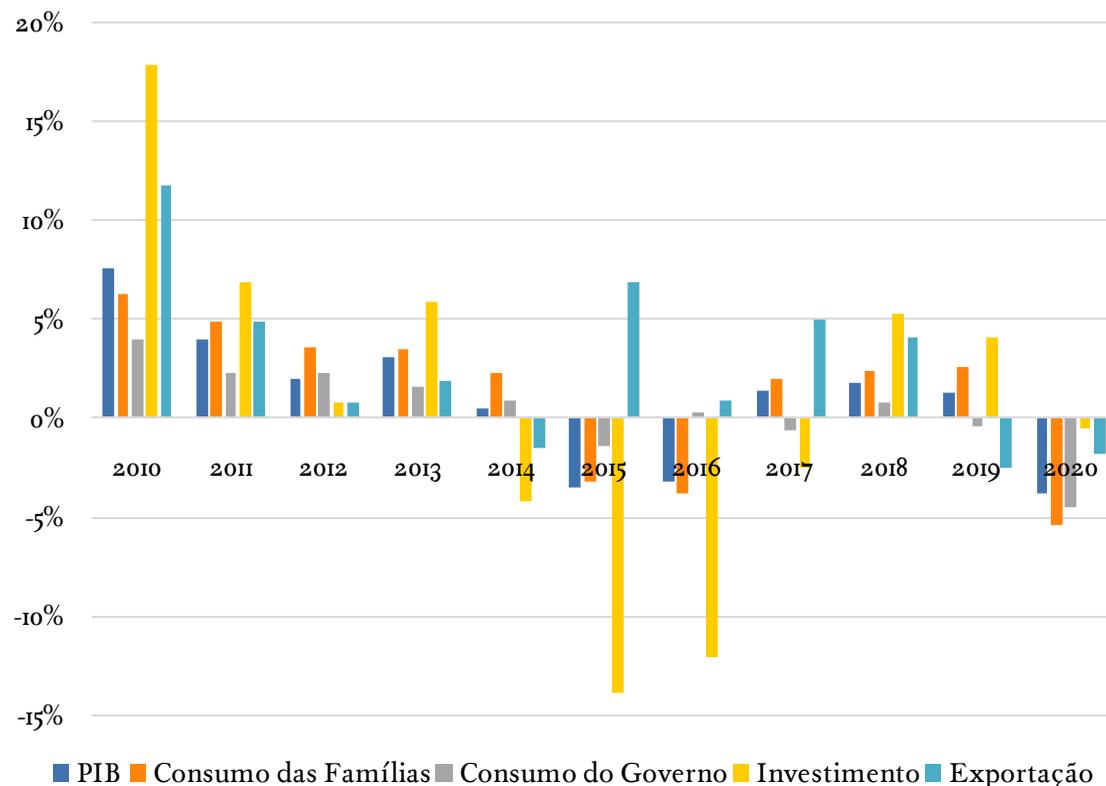
na grande mídia, defendiam uma maior austeridade nas contas públicas, isto é, a intensificação do ajuste fiscal.

No entanto, como destacam Chernavsky *et al.* (2020), não apenas não houve “descontrole fiscal”, isto é, aumento abrupto dos gastos públicos, como a “deterioração das contas públicas”⁵ é consequência, e não causa, da desaceleração econômica. As despesas primárias estavam desacelerando, de modo que o aumento da relação dívida/PIB se explica mais pela desaceleração ainda maior do produto (ORAIR, 2016; DWECK E TEIXEIRA, 2017; BASTOS E AIDAR, 2019). Novamente a comparação com o período anterior evidencia isto. Enquanto as despesas primárias cresceram em média 5,5% ao ano entre 2006 e 2010 e passaram a crescer 3,8% entre 2010 e 2014, as receitas primárias desaceleraram ainda mais, reduzindo a taxa de crescimento de 3,6% ao ano no primeiro período para 1,5% no segundo (tabela 1).

O esboço de recuperação seria bruscamente revertido a partir de 2013, ano em que a taxa de crescimento real do PIB foi de 3% (gráfico 2). Em um cenário externo cada vez menos favorável, a política fiscal passou a contribuir cada vez menos para o crescimento, dada a desaceleração e o rearranjo do gasto público que não só arrefeceu seu impulso direto à demanda, como também reduziu seu multiplicador fiscal (ORAIR E GOBETTI, 2015). A economia começava a entrar no “círculo vicioso da austeridade”, uma verdadeira “espiral contracionista”, na qual a redução do ritmo dos investimentos (e eventualmente do consumo) públicos contribui para a queda das taxas de crescimento da renda e da demanda privadas, levando à desaceleração econômica, redução da arrecadação e assim a uma “deterioração” do resultado primário, reforçando os argumentos dos defensores de uma nova rodada de contenção dos gastos públicos, em um processo que se retroalimenta (ROSSI *et al.*, 2018; BARROS, 2021).

⁵ O termo “deterioração das contas públicas” refere-se à redução do superávit (e/ou aumento do déficit) primário, e aparece entre aspas, pois reflete um juízo de valor associado às teorias das finanças sadias que atribuem a um suposto excesso de gasto público um caráter necessariamente negativo. Outra forma de abordar a questão seria não fazer pré-julgamentos acerca do resultado fiscal, mas avaliá-lo somente segundo os impactos concretos na economia. A este respeito ver Lerner (1943).

Gráfico 2: Taxa de variação anual real dos componentes da demanda agregada



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Com a retomada da desaceleração a partir de meados de 2013, reduz-se também o saldo de empregos formais que, em conjugação com a desaceleração do salário mínimo, contribuiu para a queda na taxa de crescimento das operações de crédito, gerando impactos adversos sobre o consumo privado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo anual de empregos formais (diferença entre o total de contratações e demissões) caiu pela metade entre 2011 e 2013, de 1,5 milhão para 730 mil, e o salário mínimo que havia crescido 8,4% entre 2011 e 2012 cresceu apenas 2,4% entre este ano e o seguinte. Com isso a taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo total das operações de crédito caiu quase que continuamente do final de 2010 ao final de 2013⁶ (DIEESE, 2014).

⁶ Tirando um breve interregno de poucos meses na virada de 2011 para 2012, período no qual os juros caíram expressivamente (gráfico 1).

Em 2014 observa-se uma redução das exportações com a forte deterioração dos termos de troca (gráfico 3) embalada pela expressiva queda dos preços das *commodities*. Sem perspectivas de crescimento da demanda – com as exportações em queda, um ajuste fiscal recessivo e incertezas acerca da expansão do consumo financiado por crédito – não houve necessidade de expansão da capacidade produtiva do setor privado, de modo que a formação bruta de capital fixo caiu 4,2% e com isso a economia cresceu apenas 0,5% em termos reais (gráfico 2). Foi neste cenário de estagnação que a presidente Dilma foi reeleita, prometendo retomada do crescimento e expansão dos programas sociais.

Gráfico 3: Termos de troca do Brasil

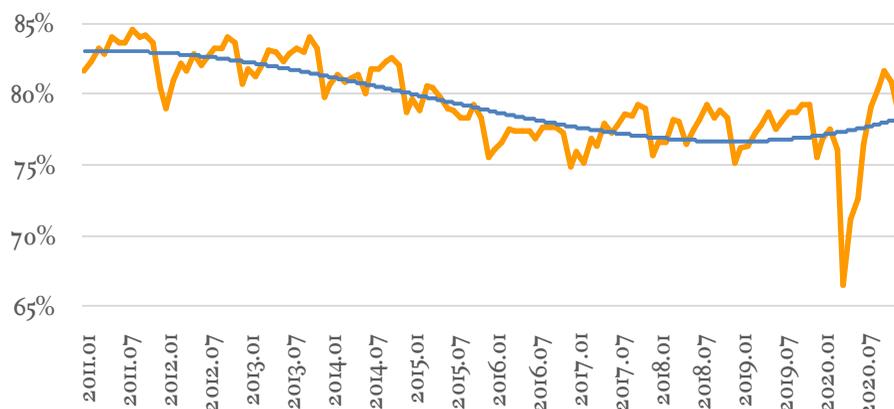


Fonte: Ipeadata. A série está em número-índice, correspondendo a 100 em 2006. A linha pontilhada é a tendência polinomial de quarta ordem.

Dois pontos cruciais a respeito do primeiro mandato da presidente Dilma devem ser ressaltados. Em primeiro lugar que, dado o elevado grau de autonomia relativa observado no início de sua gestão, a continuidade da desaceleração iniciada em 2010 foi uma escolha de governo. A tentativa de reversão deste processo a partir de 2012 foi mal sucedida, constituindo um erro de política macroeconômica na medida em que buscou dar estímulos ao setor privado por meio de aumento da lucratividade (com isenções, desonerações, redução dos juros e desvalorização cambial) enquanto a taxa de crescimento da demanda agregada caía e a ociosidade da capacidade da

indústria aumentava (gráfico 4), de modo que não era necessário expandir a capacidade produtiva: estes estímulos se traduziram apenas em lucratividade para os setores contemplados, e não nos investimentos requeridos para se elevar o ritmo de acumulação de capital (SERRANO E SUMMA, 2018).

Gráfico 4: Grau de utilização da capacidade instalada na indústria



Fonte: Ipeadata. A linha pontilhada representa a tendência polinomial de quarta ordem.

Em segundo lugar é preciso reconhecer a contribuição da deterioração do cenário externo para o desempenho da economia durante o período em que a presidente esteve no poder. Observou-se, a partir de 2011, redução da taxa de crescimento mundial, desaceleração do comércio no mundo e uma forte deterioração dos termos de troca brasileiros até o início de 2016 (gráfico 3). Ainda que o peso das exportações na demanda agregada do país seja baixo (cerca de 12%), e que elas possuam elevados coeficientes de importação, a forte queda do preço das *commodities* impacta decisivamente o desempenho de importantes empresas, como a Petrobrás e a Vale, que respondem a parcelas significativas do investimento no país, possuem elevados efeitos de encadeamentos e também são grandes pagadoras de impostos (portanto, influem de maneira relevante no resultado fiscal do governo). Não obstante, é preciso sublinhar que continuou a se observar um cenário de abundância de liquidez internacional – expressa nas taxas de juros próximas a zero ou mesmo negativas em diversos países –, que o passivo externo líquido era crescentemente denominado em moeda doméstica, e que o país contava

com vultosas reservas internacionais, acima dos 300 bilhões de dólares, herdadas do período anterior. Assim, em não havendo escassez de divisas, o governo tinha total condições de realizar uma política fiscal mais expansionista e reverter a desaceleração econômica. A opção por não a realizar constituiu uma escolha política⁷.

Com a continuidade da desaceleração, a “deterioração” das contas públicas e a manutenção de um nível de inflação superior ao centro da meta estipulada (a média do INPC entre 2011 e 2014 ficou acima de 6%), o governo foi perdendo apoio da população⁸, e com isso graus de autonomia relativa. Assim, passou a ser cada vez mais pressionado a adotar uma pauta econômica focada na austeridade que contribuiria para a recessão de 2015-2016 (BARROS, 2021). Como se buscará defender nas próximas seções, a austeridade relaciona-se com a dinâmica do conflito distributivo e é um elemento central na explicação não só da recessão desse biênio, como também do desempenho medíocre registrado ao longo do restante da década. E, como se procurará demonstrar, a austeridade tem o claro viés político de contemplar os interesses da classe capitalista que se via ameaçada depois de anos de crescimento econômico com políticas sociais inclusivas.

3. O primeiro golpe da direita: o governo Dilma II – Temer

A virada de 2014 para 2015 marca uma grande inflexão na economia brasileira. Até aquele ano a economia vinha crescendo, ainda que a taxas decrescentes, com o nível de emprego e o poder de barganha da classe trabalhadora se elevando continuamente. A partir de 2015 a taxa de variação do PIB se torna negativa (gráfico 2), o desemprego se eleva e a classe trabalhadora se enfraquece.

Como diversos autores apontam, a forte redução do desemprego entre 2004 e 2014 gerou incômodos na classe capitalista, não só por seus impactos

⁷Vale ressaltar que se trata de uma escolha política da sociedade, uma vez que o governo realiza sua política fiscal restringido por regras fiscais, pela correlação de forças no Congresso, pela pressão dos diversos grupos de interesse, etc.

⁸ Cabe destacar que em junho de 2013 o país observou maciças manifestações de rua que, apesar de em um primeiro momento não se direcionarem diretamente contra a presidente, posteriormente impactariam de forma significativa sua popularidade.

diretos em termos econômicos, com aumentos constantes nos salários reais e elevação da parcela salarial na renda, como também pelas mudanças políticas e sociais acarretadas pelo fortalecimento da classe trabalhadora (SINGER, 2015; SERRANO E MELIN, 2016; SERRANO E SUMMA, 2018; BARROS, 2020; 2021). Isso explica o interesse da classe proprietária em desacelerar a economia por meio de medidas contracionistas, aumentando o desemprego e revertendo tais mudanças.

Se no início do seu primeiro mandato a presidente Dilma gozava de um elevado grau de autonomia relativa para manejar uma economia aquecida (ainda que já desacelerando), no início de 2015 a economia estava estagnada e a inflação crescia. Além disso a presidente, que vinha perdendo popularidade desde 2013, fora reeleita com uma margem extremamente apertada, sendo ainda alvo de um constante ataque midiático a partir de denúncias de corrupção. E a esse cenário se somariam as manifestações populares contra o governo a partir de março de 2015. Desse modo, a classe capitalista pôde compelir o governo a adotar uma agenda econômica de austeridade⁹ que aprofundaria a crise para dentro da “espiral contracionista”.

A defesa da austeridade, na visão de diferentes economistas, tem o viés político de favorecer a classe capitalista no conflito distributivo por diversas razões, mas principalmente por gerar recessão e desemprego, enfraquecendo o poder de barganha da classe trabalhadora¹⁰. Isso inclusive a deixa mais suscetível a aceitar políticas econômicas austeras e uma agenda de reformas impopulares, como a trabalhista e a previdenciária, que retiram seus direitos e a enfraquecem estruturalmente, mas são vendidas como os

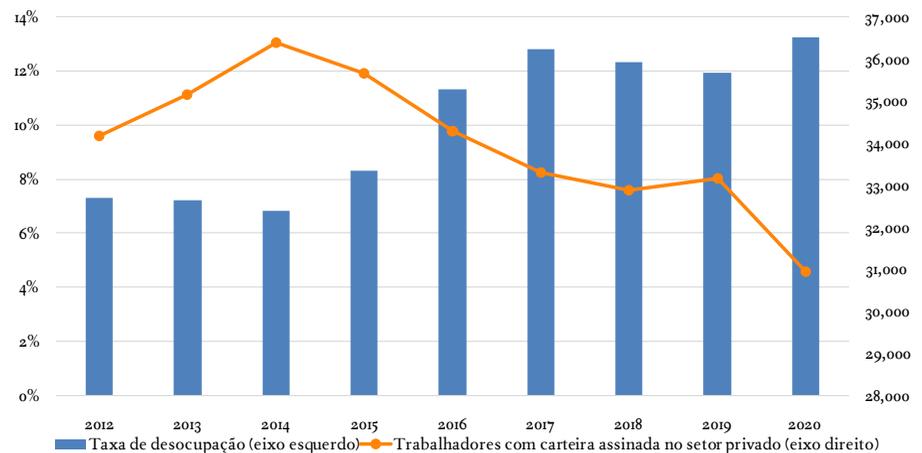
⁹ A presidente foi inclusive acusada por grande parte da mídia de “estelionato eleitoral” por adotar tal agenda, também defendida por seu adversário, apesar de ter negado que iria fazê-lo durante a campanha eleitoral de 2014. As acusações se davam de meios mais progressistas, como a *Carta Capital* (<https://www.cartacapital.com.br/opiniaolicoes-do-estelionato-eleitoral-de-2014/>), até os mais conservadores como a *Veja* (<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/lula-admite-o-estelionato-eleitoral-de-dilma-mas-como-se-fosse-virtude/>). Vale lembrar que os esforços do governo para fazer um breve ajuste e retomar o crescimento posteriormente (como fora tentado, sem sucesso, em 2011) foram minados pela forte oposição no Congresso Nacional, que passou a aprovar as chamadas “pautas bomba”. Um bom exemplo é a derrubada do veto da presidente que freava gastos como os reajustes dos servidores da Justiça federal.

¹⁰ A austeridade também abriria espaços para futuros cortes de impostos para empresas e classes sociais mais abastadas, além de reduzir a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, facilitando sua privatização (ROSSI *et al.*, 2018)

únicos remédios, amargos, para superar a crise econômica (SERRANO E MELIN, 2016; ROSSI *et al.*, 2018; DWECK *et al.*, 2020).

Em 2015, com a redução da renda agregada, o aumento do desemprego e do grau de informalidade (gráfico 5), a desaceleração dos salários e a retração do crédito, o consumo das famílias caiu 3,2%. Dentro do movimento do ajuste fiscal o consumo do governo decresceu 1,4% e os investimentos públicos desabaram 28%. Como destacam Sicsú *et al.* (2020), partindo de um elevado grau de endividamento, as empresas sofreram um grande choque de custos – dado o aumento dos juros (gráfico 1) e das tarifas de energia elétrica e de combustíveis – em um contexto em que a demanda efetiva e as receitas caíam, o que reduziu a necessidade de novos investimentos e comprometeu a capacidade de financiá-los. Dada a forte queda dos investimentos públicos e esse cenário adverso para o investimento em capacidade do setor privado, a formação bruta de capital fixo da economia despencou 14,4%. Assim, mesmo com as exportações crescendo 6,8%, impulsionadas pela desvalorização cambial, o PIB reduziu-se em 3,5% (gráfico 2). Enquanto isso a inflação (INPC), em função dos ganhos reais de salários dos anos anteriores, do choque cambial e do aumento abrupto dos preços administrados, foi de 11,2%.

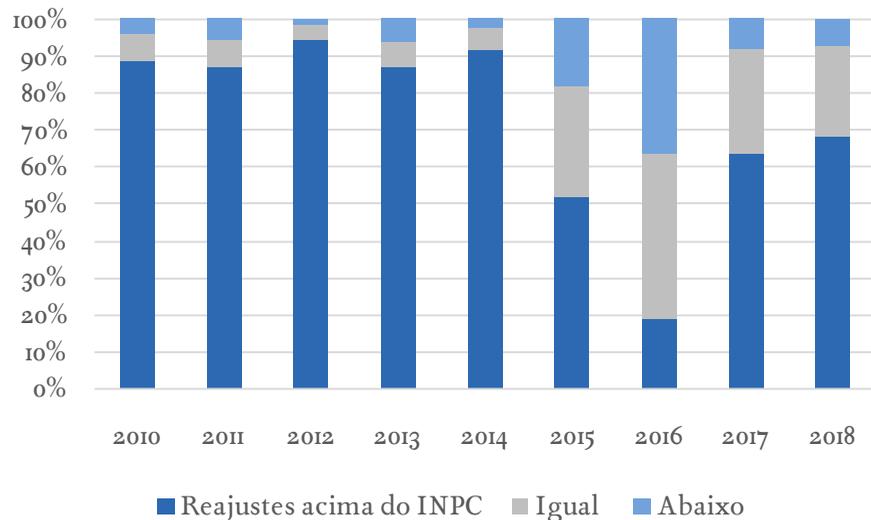
Gráfico 5: Taxa de desocupação e número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua/IBGE

A taxa de desemprego (desocupação), que chegara ao patamar mínimo de 6,8% em 2014, saltaria para 8,3% em 2015 e 11,3% no ano seguinte (gráfico 5). Com isso houve redução no poder de barganha da classe trabalhadora, como evidencia a queda na parcela desta que logrou obter ganhos reais de salários entre 2014 e 2016. Tal parcela que, entre 2010 e 2014, flutuava em torno de 90%, subitamente despencou para 52% em 2015 e para 19% em 2016 (gráfico 6).

Gráfico 6: Percentual da classe trabalhadora que recebeu reajustes salariais em relação ao INPC



Fonte: Balanço de reajustes do Dieese

Com a estagnação das exportações (que tiveram um crescimento de 0,8%) e do consumo do governo (0,2%) e a queda do consumo das famílias (-3,8%) e dos investimentos (-12,1%), a economia continuou ladeira abaixo em 2016, fechando o ano com uma queda do PIB de quase 3,2% em termos reais (gráfico 2). Vale destacar que a recessão teve contribuição decisiva da operação Lava Jato, principalmente por seus impactos diretos nos setores de óleo e gás, construção civil, metalomecânico, naval, e engenharia pesada, bem como pelos impactos indiretos na economia¹¹. Ao ambiente recessivo somou-se a elevada inflação e a intensificação da campanha midiática contra

¹¹ Segundo estimativas do Dieese (2021), a operação teria ocasionado a perda de 3,6% do PIB e 4,4 milhões de empregos, além de uma queda na arrecadação tributária na casa dos 67 bilhões.

o governo, no rastro das denúncias de corrupção dessa mesma operação. Foram realizadas maciças manifestações de rua entre março de 2015 e o mesmo mês do ano seguinte, acusando a presidente e seu grupo político de corrupção e pedindo sua retirada do poder¹². Assim, apesar da presidente Dilma ter realizado uma política econômica extremamente contracionista, ao sabor do que recomendavam os analistas do mercado, ela seria destituída do poder através de um golpe parlamentar em meados de 2016.

Com a posse do então vice de Dilma, Michel Temer, a agenda econômica de austeridade seria mantida e aprofundada, como já anunciara o documento “Uma ponte para o futuro”, publicado em outubro de 2015 pelo partido de Temer¹³. Com a severa recessão e a elevação da dívida pública líquida de 32,59% para 46,16% do PIB entre 2014 e 2016, e baseando-se novamente no argumento da contração fiscal expansionista, o governo conseguiu aprovar a famigerada Emenda constitucional 95. Esta estabeleceu formalmente um teto para os gastos do governo federal, congelando-os em termos reais por vinte anos.

Apesar do viés de austeridade adotado pelo novo governo, alguns fatores contribuíram para reverter, em 2017, a taxa de crescimento negativa do produto observada no biênio anterior. Em primeiro lugar a regra de reajuste do salário mínimo – que levava em conta a inflação (INPC) do ano precedente e o crescimento do produto no biênio anterior – implicou aumento nominal de quase 6,5% em 2017, o que, em conjunto com a queda da inflação (de 6,5% em 2016 para 2% em 2017), gerou um significativo ganho real de salário. E como diversos benefícios sociais (como as aposentadorias e os benefícios de prestação continuada) são atrelados ao salário mínimo, tal elevação implicou aumento das transferências sociais. Some-se a isso a possibilidade de saque dos fundos do FGTS, da ordem de 44 bilhões de reais, e o consumo privado induzido bateu em uma espécie de piso (BASTOS E AIDAR, 2018).

¹² O uso de acusações de corrupção por grupos de direita (a fim de travar/destituir grupos políticos mais à esquerda e assim reverter cenários mais favoráveis à classe trabalhadora) tem sido recorrente ao longo da história brasileira. Segundo Serrano e Melin (2018, p. 8), “[p]elo menos desde os tempos do Presidente Vargas, no começo da década de 1950, sempre que uma situação tida como excessivamente favorável aos trabalhadores necessita ser contida de modo mais imediato, a crítica à corrupção pública tem sido a tática política preferencial das forças conservadoras no Brasil”.

¹³ O documento encontra-se disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

Além desse piso para o consumo induzido, a forte redução dos juros – a taxa Selic cai de 14% no início de 2017 para 7% no fim do ano (gráfico 1) – impulsionou o consumo de bens duráveis, de modo que o consumo das famílias cresceu 1,9%. Além desta recuperação do consumo privado, as exportações cresceram 4,9% em 2017, embaladas pelo câmbio desvalorizado e pela recuperação dos preços das *commodities* e dos termos de troca (gráfico 3), de modo que mesmo com as contrações do consumo do governo (-0,6%) e dos investimentos (-2,5%), a economia cresceu 1,3% em termos reais (gráfico 2).

Ainda em 2017 o governo aprovou a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, flexibilizando o mercado de trabalho, facilitando demissões e contratações temporárias. Isto enfraqueceu ainda mais (estruturalmente) o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentou o grau de informalidade. Dessa forma, mesmo com a queda na taxa de desocupação ao longo do ano, caiu o número absoluto de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (gráfico 5).

Em 2018, com a continuidade do processo de recuperação do consumo privado (que cresceu 2,3% em termos reais), com o crescimento do consumo do governo (de quase 0,8%) e das exportações (4%), o investimento também se recuperou, crescendo 5,2%. Assim, o PIB real teve seu segundo ano de crescimento, um pouco abaixo de 1,8% (gráfico 2), mantendo-se nesse ano, porém, ainda abaixo do produto observado em 2012.

Neste contexto de depressão¹⁴ o país teria uma nova eleição presidencial. Em abril de 2018 as pesquisas apontavam o ex-presidente Lula como o candidato favorito, com mais do que o dobro de votos do segundo colocado, Jair Bolsonaro. Enquanto o primeiro defendia uma política econômica de crescimento com inclusão social, o segundo se comprometia a manter e a aprofundar a agenda de austeridade e de redução do papel do Estado então em curso. Algo precisava ser feito para tirar o ex-presidente da disputa.

¹⁴ Segundo Sicsú (2019), o Brasil teria entrado em depressão a partir de 2015, dada a queda acentuada dos níveis de produto e emprego, e seu lento processo de recuperação. Para o autor, “(...) o que caracterizaria a superação completa do estado de depressão seria a recuperação do PIB original pré-crise e, também, a taxa de desemprego pré-crise” (SICSÚ, 2019, p. 9, grifo nosso). Ou seja, para que o Brasil superasse a depressão de 2015-2020, seria necessário crescer 6,8% a partir de 2021 e reduzir a taxa de desocupação em 6,4 pontos percentuais, de modo a atingir os níveis observados em 2014.

4. O segundo golpe da direita e o governo Bolsonaro

Com a confirmação do favoritismo do nome de Lula para as eleições de 2018, os mesmos interesses que se articularam para derrubar a presidente eleita Dilma Rousseff novamente se uniram para tirá-lo da disputa. Como mais tarde seria provado, tal movimento foi feito por um conluio que envolvia diferentes setores da sociedade, notadamente as classes proprietárias, satisfeitas com o programa econômico em curso; parte do Judiciário, especialmente os procuradores da Lava Jato em sua cruzada messiânica contra a corrupção (contando com apoio decisivo do governo norte-americano¹⁵); a mídia, porta-voz do conluio; e os militares, que detêm o poder das armas. Como depois confessaria o então comandante do Exército, todo o Alto Comando da instituição discutiu em conjunto a comunicação, feita pelo twitter, destinada a pressionar o Supremo Tribunal Federal a negar o *habeas corpus* preventivo de Lula, abrindo caminho para sua prisão e impedindo-o de concorrer às eleições¹⁶. Com ele fora do páreo, o segundo colocado, Jair Bolsonaro, foi eleito. O segundo golpe estava dado¹⁷.

A eleição de Bolsonaro representa não só a manutenção da política econômica gestada em 2015 (com o forte ajuste fiscal) e desenvolvida a partir de 2016 (com o início das reformas liberalizantes), mas a sua radicalização. Em pauta estava a continuidade da austeridade fiscal e o avanço de tais reformas (em 2019 seria aprovada a reforma da previdência) e das privatizações, aliadas a pontuais estímulos de demanda, como a liberação de saques no FGTS em 2019 e, por conta da pandemia, o recurso ao auxílio emergencial no ano seguinte.

Em 2019 a economia cresceu apenas 1,2% em termos reais (gráfico 2). Pesou para isso principalmente a elevação do consumo privado (responsável por

¹⁵ As relações entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os procuradores da operação, muitas vezes à margem do sistema legal, encontram-se descritas em reportagem do jornal francês *Le Monde*: https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap_6076361_3210.html

¹⁶ O depoimento consta no livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante*, de Celso de Castro.

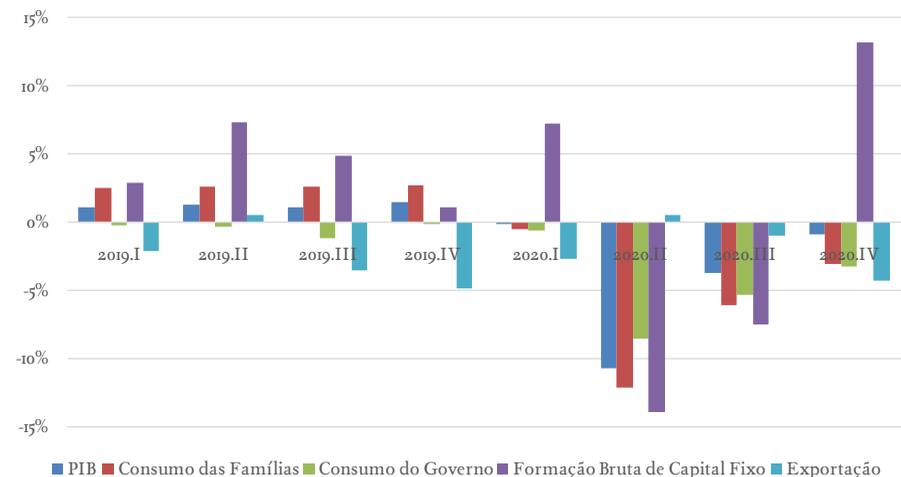
¹⁷ A anulação tardia por parte do Supremo Tribunal Federal, no início de 2021, de todos os processos contra o ex-presidente Lula e o entendimento do mesmo tribunal de que o juiz do caso agiu com parcialidade apenas reforçam o viés político da prisão do então candidato. O argumento para a anulação baseou-se no fato de a 13.^a Vara Federal de Curitiba não ter competência para julgar o caso, tese pautada pela defesa do ex-presidente desde 2016, enquanto a parcialidade do juiz já se tornara evidente desde o vazamento de conversas entre ele e os procuradores da Lava Jato.

cerca de metade da demanda agregada) de 2,6%, ajudado pela liberação de saques do FGTS. Com uma leve tendência de elevação do grau de utilização da indústria (gráfico 4), o investimento continuou crescendo, a 4%, taxa menor do que a observada no ano anterior. As exportações caíram 2,5% e o consumo do governo diminuiu quase 0,5%.

Caso fosse mantida a média de crescimento do triênio 2017-2019 (de pouco mais de 1,4% ao ano em termos reais), o PIB só voltaria ao patamar de 2014 em 2022. Porém, ainda no fim do primeiro trimestre de 2020, a economia foi atingida duramente pela crise gerada pela pandemia que derrubou, simultaneamente, a produção (dado o *lockdown*) e a demanda (dada a queda na renda gerada pela interrupção da produção e a impossibilidade de se demandar determinados produtos e serviços).

No primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os consumos das famílias e do governo caíram, respectivamente, 0,5% e 0,6% em termos reais. As exportações já vinham caindo e se reduziram em 2,6%. O único componente positivo da demanda foi o investimento, que, com seu período maior de ajuste, continuou a crescer quase 7,2%. Assim, também na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB caiu 0,1% em termos reais entre janeiro e março (gráfico 7).

Gráfico 7: Taxa de crescimento real dos componentes da demanda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Com exceção das exportações, que, depois de três trimestres consecutivos de queda, cresceriam 0,5% em termos reais nos três meses seguintes em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, todos os componentes da demanda despencaram no segundo trimestre. Dada a queda forte do grau de utilização da capacidade industrial, o investimento, que vinha crescendo desde o final de 2017, colapsou, caindo 13,9%. Os consumos do governo e o das famílias também caíram de forma vertiginosa, respectivamente 8,5% e 12,1%. Com isso o PIB trimestral caiu 10,7% (gráfico 7).

A queda livre da economia seria estancada no terceiro trimestre, graças, principalmente, à liberação do auxílio emergencial de R\$ 600 (o triplo dos R\$ 200 inicialmente propostos pelo governo), implicando gastos superiores a R\$ 293,1 bilhões de reais, bem como ao benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, que acarretou um gasto de R\$ 33,5 bilhões. Paralelamente o governo elevou seus gastos com saúde (gastando R\$ 42,7 bilhões adicionais) e suas transferências para estados e municípios (R\$ 78,25 bilhões), além de injetar liquidez no sistema financeiro e assegurar o funcionamento do mercado de crédito¹⁸ (DE PAULA, 2021).

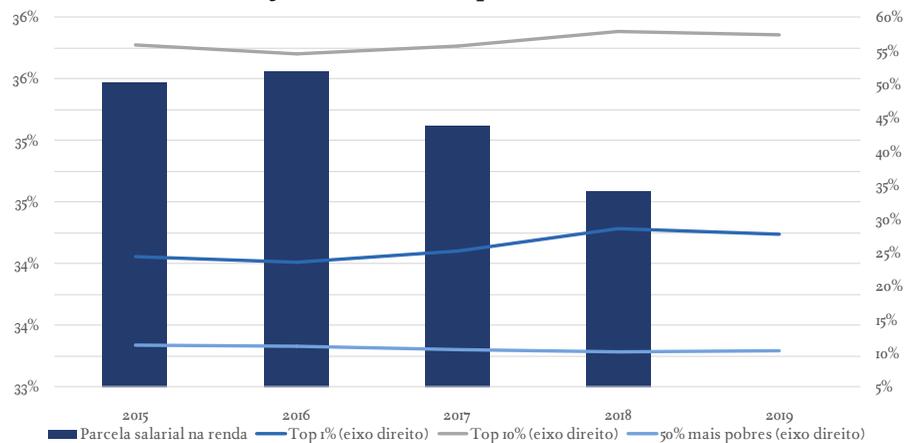
Deste modo, ainda que todos os componentes da demanda tenham continuado a cair no terceiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, ao menos começaram a se recuperar em relação ao trimestre imediatamente anterior. No quarto trimestre esse movimento de diminuição da queda continuaria para os consumos privado e do governo, enquanto as exportações cairiam ainda mais. O ponto fora da curva foi o investimento que cresceu 13,2% em termos reais em relação ao último trimestre de 2019. Isto se explica basicamente pelos investimentos do setor de petróleo e gás, em larga medida supridos por importações de bens de capital no âmbito do Repetro¹⁹. Desta forma o PIB de 2020 fechou o ano quase 3,9% abaixo, em termos reais, daquele observado no ano anterior.

¹⁸ Os dados referentes aos gastos com a pandemia encontram-se disponibilizados no portal: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

¹⁹ Regime aduaneiro especial, vigente até o fim de 2020, desenhado para facilitar as importações de bens destinados à exploração de petróleo.

Assim, depois de dez anos de estagnação, a crise decorrente da pandemia coroaria, no pior sentido, a década mais que perdida. Entre 2011 e 2020 o produto *per capita* caiu 7,8% e o PIB anual se reduziu em 1,2% em termos reais, tirando o país da lista das dez maiores economias do mundo. E a esse cenário soma-se, a partir de 2016, um rápido processo de concentração de renda, tanto pessoal quanto funcional. Em termos de distribuição funcional a parcela dos salários na renda caiu mais de um ponto percentual desde esse ano, enquanto, no que diz respeito à distribuição pessoal, o índice de Gini subiu de 0,538 em 2016 para 0,543 em 2019 (BARBOSA *et al.*, 2020), enquanto a fatia dos 10% e dos 1% mais ricos subiu, respectivamente, de 54,5% para 57,3% e de 23,5% para 27,6% da renda nacional no mesmo período. Ao mesmo tempo a parcela dos 50% mais pobres caiu de 10,9% para 10,2% (gráfico 8).

Gráfico 8: Distribuição funcional e pessoal da renda



Fonte: IBGE e World Inequality Database

Esse cenário de empobrecimento absoluto e concentração de renda se refletiu em diversos indicadores sociais. Mais de 170 mil habitantes do país foram jogados na pobreza extrema em 2019, que chegou a atingir 6,5% da população (IBGE, 2020a). A insegurança alimentar grave, por sua vez, afligiu 4,9% da mesma em 2017-2018, praticamente colocando o Brasil de novo no mapa da fome, mesmo antes da pandemia. Com o advento da fome o fenômeno da desnutrição registrou níveis alarmantes, com a insegurança

alimentar total atingindo mais da metade da população e a grave cerca de 10%²⁰. E entre 2018 e 2020 o país, apesar de ter melhorado seu IDH, caiu cinco posições no *ranking* global, de 79.º para 84.º. O cenário, que já era caótico, piorou ainda mais com o advento da pandemia, mas felizmente o Congresso nacional aprovou um auxílio emergencial que foi o triplo daquele proposto pelo governo, mitigando os efeitos da crise sem, contudo, chegar perto de resolver os problemas gerados ao longo da década.

5. Conclusão

Se, até o início do século XXI, a década de 1980 era conhecida como a década perdida da América Latina em função do cenário de baixo crescimento, a partir dos anos 2010 talvez se faça necessário mudar esta alcunha. Enquanto nos anos 1980 o Brasil cresceu em média 1,6% ao ano em termos reais, na década de 2010 a mesma taxa caiu para 0,3%. Trata-se de uma década mais que perdida.

Ao longo do capítulo buscou-se demonstrar como o referencial de economia política pode auxiliar na compreensão do desempenho macroeconômico no período. Procurou-se, assim, expor como a dinâmica do conflito distributivo entre as diferentes classes sociais – a capitalista e a trabalhadora – e sua inter-relação com as decisões de política macroeconômica se refletiram na péssima performance da economia brasileira ao longo dos anos 2010.

A década inicia com uma opção deliberada de se dar continuidade ao processo de desaceleração do crescimento observado ao longo de 2010. Dado o elevado grau de autonomia relativa gozado pelo então governo Dilma, deduz-se que se tratou, de fato, de uma escolha política. Na tentativa de se

²⁰ O mapa da fome inclui países com percentual da população em situação de insegurança alimentar grave a partir de 5%. O número de 4,9% para 2017-2018 é do relatório “Análise da segurança alimentar no Brasil” (IBGE, 2020b). Este número crescerá de forma indiscutível em 2020, para 9%, segundo inquérito da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN, 2021), ou para 15%, segundo estudo do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, da Universidade Livre de Berlim (GALINDO *et al.*, 2021). A insegurança alimentar geral (que inclui, além da grave, a leve e a moderada) atingiu em 2020 mais da metade da população em ambas as pesquisas (55,2% na primeira e 59,4% na segunda).

estimular a economia a partir de 2012 cometeu-se o erro de se dar incentivos fiscais (isenções e desonerações), monetários (queda dos juros) e cambiais (desvalorização) em um contexto de desaceleração da demanda efetiva. Isso não incentivou os investimentos e a economia continuou a crescer a taxas decrescentes. Com o desgaste político e o aumento da relação dívida/PIB, o governo foi perdendo sua autonomia relativa, de modo que acabou sendo pressionado a adotar uma agenda de austeridade, marcada pela drástica redução do ritmo dos investimentos públicos, que iria contribuir para jogar o país na recessão.

Contradizendo suas promessas de campanha, a presidente Dilma avançou na agenda de austeridade em 2015, afundando ainda mais o país para dentro da espiral contracionista e culminando no seu processo de *impeachment*. Um ponto fundamental na compreensão desta dinâmica foi o acirramento do conflito distributivo depois de anos de desemprego baixo, favorecendo a classe trabalhadora, que conquistou ganhos reais de salários e parcelas crescentes do produto nacional. Tanto a adoção da austeridade ao fim do período Dilma quanto sua deposição e a agenda liberal subsequente apontam para o fortalecimento da classe capitalista: em um primeiro momento o governo do PT é pressionado a adotar a agenda pró-capital, em um segundo é destituído, e em seguida assume um presidente comprometido com tal agenda. E assim o vice-presidente Temer chega ao poder, dando continuidade ao contracionismo fiscal, além de iniciar um processo de reformas liberalizantes e de redução do papel do Estado, como a trabalhista e a emenda dos tetos de gastos. Na saída da recessão a economia se estagnaria, crescendo em média 1,5% ao ano em termos reais entre 2017 e 2018.

Na iminência da eleição do ex-presidente Lula em 2018, articulou-se todo um conjunto de interesses para prendê-lo, tirando-o da corrida presidencial. Neste cenário Bolsonaro ganha a disputa e assume, prometendo aprofundar ainda mais a pauta de austeridade e liberalização. Em 2019 a economia cresceu apenas 1,2% em termos reais, e no ano seguinte foi acometida pela crise decorrente da pandemia, caindo quase 3,9% (também em termos reais). Isto

apesar do auxílio emergencial aprovado com um valor que era o triplo do proposto pelo governo.

As consequências sociais desta pauta de austeridade – esboçada no primeiro mandato de Dilma, introduzida com força no segundo e radicalizada por seus sucessores – e das profundas reformas visando a redução do tamanho do Estado e a retirada de direitos sociais são de conhecimento comum. O país desacelerou sua economia e entrou em uma depressão da qual não conseguiu sair, mantendo uma média de crescimento medíocre ao longo da década, inclusive com “piora” das contas públicas. Com isso houve escalada do desemprego e enfraquecimento da classe trabalhadora a partir de 2015, com concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais. Além das centenas de milhares de mortes por conta da pandemia, o país jogou outras centenas de milhares de pessoas na miséria, passou a registrar uma situação alarmante de insegurança alimentar e perdeu posições no *ranking* mundial de desenvolvimento humano. E estas foram apenas algumas das consequências perversas de um modelo que exige sacrifícios do povo em troca de baixo crescimento, concentração de renda e piora na qualidade de vida.

Referências

- ALESINA, A.; S. ARDAGNA, R. PEROTTI; F. SCHIANTARELLI. *Fiscal policy, profits, and investment*, *American Economic Review* 92(3), 571–589, 2002
- ALESINA, A; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. (2018) What do we know about the effects of austerity?, *NBER Working Paper* n. 24246, 2018
- BALL, L. M.; et al. The distributional effects of fiscal consolidation, *International Monetary Fund*, 2013
- BARBOSA, R., SOUZA, P.F., SOARES, S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019, *Dados (UERJ)*, 2020. Disponível em <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil>.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. Desaceleração recente da economia. In: Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP). *Sob a Luz do Sol, Uma agenda para o Brasil: a Política Econômica do governo Dilma: a volta do Experimentalismo*. São Paulo: Insper, p. 15-30, 2014
- BARBOSA-FILHO, N. H. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019, *El Trimestre Económico*, v. 87, n. 347, p. 597-634, 2020
- BARROS, L. A. Conflito distributivo e inflexão na política econômica brasileira: análise do período 2005-2015, *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 44, 2020
- BARROS, L. A. Os Determinantes da Desaceleração Brasileira (2010-2015): uma Análise de Economia Política, *Revista Economia Ensaios*, v. 36, n. 1, 2021
- BASTAGLI, F.; COADY, D.; GUPTA, S. Income Inequality and Fiscal Policy, *IMF Staff Discussion Note* 12/08, Washington: International Monetary Fund, 2012
- BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. O Brasil bateu no piso? *Brazilian Keynesian Review*, 3(2), 130-149, 2018
- BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. *Brazil's Economy: Recent Trends and Perspectives*, Texto para Discussão IE/ UFRJ, n. 15, 2019
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018
- CHERNAVSKY, E; DWECK, E; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica, *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 811-834, 2020
- DE PAULA, L. F. *A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação*. IE-UFRJ, Texto para Discussão n. 16, 2021
- DIEESE (2014) “A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013”, Nota Técnica, n. 135, 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>.
- DIEESE. “Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato”, 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf>.
- DWECK, E; TEIXEIRA, R. A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *IE-Unicamp, Texto para Discussão*, n. 303, 2017
- DWECK, E; ROSSI, P; MELLO, G. “Sobre o diagnóstico falacioso da situação fiscal brasileira”. In: DWECK, E. et al (org.). *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018
- FATÁS, A.; SUMMERS, L.H. The permanent effects of fiscal consolidations, *Journal of International Economics*, Elsevier, vol. 112(C), p. 238-250, 2018
- FMI. *World Economic Outlook: Recovery, Risk, and Rebalancing*. Washington D.C.: IMF, 2010
- GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil, *Food for Justice Working Paper Series*, n. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021

- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020a
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020b
- JAYADEV, A.; KONCZAL, M. The Boom Not the Slump: The Right Time For Austerity, *Economics Faculty Publication Series*. Paper n. 26, 2010
- LARA, F. M. As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-14), *Indicadores Econômicos FEE*, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2015
- LERNER, A. P. Functional Finance and the federal debt. *Social Research*, 10, pp. 38-51, 1943
- LOPES, J. C.; AMARAL, J. F. Self-defeating austerity? Assessing the impact of a fiscal consolidation on unemployment. *The Economic and Labour Relations Review*. v.28, n. 1, p. 77-90, 2017
- MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo”, In: Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP). *Sob a luz do Sol, uma agenda para o Brasil: A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo*. São Paulo: Insper, p.3-15, 2014
- ORAIR, R. O. (2016) Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (Ipea), *Texto para Discussão* n. 2215, 2016
- ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. *O Gasto Público e o Ciclo da Política Fiscal-1999-2014*. Monografia Prêmio SOF (1.º Lugar), Brasília: ENAP, 2015
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977
- ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia política da austeridade. In: ROSSI, P, et al. *Economia para Poucos: impacto social da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018
- SERRANO, F.; MELIN, L. E. Political aspects of unemployment: Brazil's neoliberal u-turn, *Crítica Marxista*, 2016
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda nos anos 2000. *Anais do IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, 2012
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011-2014. *Nova Economia*, v. 25, n. especial, p. 803-833, 2015
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 37, n. 2, p. 175-189, 2018
- SICSU, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23, n. 1, 2019
- SICSÚ, J.; MODENESI, A. D. M.; PIMENTEL, D. Severe recession with inflation: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, p. 1-23, 2020
- SINGER, A. Cutucando Onças Com Varas Curtas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, p. 43-71, 2015
- VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021